

Prefeitura  
Municipal



**SANTA LUZIA DO ITANHÊ**

*Ressaca e Trabalho*

**LEI Nº. 363**

**DE, 18 DE JUNHO DE 1997.**

Dispõe sobre a Política Municipal  
de Atendimento aos Direitos da  
Criança e do Adolescente e dá  
outras providências.

**O Prefeito do Município de Santa Luzia do Itanhi;**

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a  
seguinte Lei:

## **TÍTULO I**

### **Das Disposições Gerais**

Art 1º - Esta Lei dispõe sobre a política Municipal de Atendimento  
aos Direitos da Criança e do Adolescente e estabelece normas gerais para a  
sua adequada aplicação.

Art 2º - O atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente,  
no âmbito municipal, far-se-á através de:

I - Políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação esportes, lazer, profissionalização e outros que asseguram o desenvolvimento mental, moral, espiritual e social da Criança e do Adolescente, em condições de liberdade e dignidade;

II - Políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, aqueles que dela necessitem;

III - Serviços especiais, nos termos desta Lei.

Parágrafo Único - O Município destinará recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer, voltados para a criança e a juventude.

Art 3º - O Município poderá criar os programas e serviços a que se referem os incisos II e III do artigo 2º ou estabelecer consórcio municipal para atendimento regionalizado, instituindo e mantendo serviços governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - Os programas serão classificados como de proteção ou sócio-educativos e destinar-se-ão a:

- a) Orientação e apoio sócio familiar;
- b) Apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) Colocação familiar;
- d) Abrigo;
- e) Liberdade assistida;
- f) Semi liberdade;
- g) Internação;

§ 2º - Os serviços especiais visam:

- a) Prevenção e atendimento médico e psicológico às vítimas de violência, maus-tratos, exploração, abusos, crueldade e opressão;
- b) Proteção jurídico-social.



## **TÍTULO II**

Da política de Atendimento

### **CAPÍTULO I**

Das disposições preliminares

Art 4º - A política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida através dos seguintes órgãos:

- I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### **CAPÍTULO II**

Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

#### **SEÇÃO I**

Da Criança, Natureza e Atribuições

Art 5º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador da política de promoção, atendimento e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art 6º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de outras funções que lhe forem atribuídas:

- I - Formular a política municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo prioridades para a consecução das ações, captação e aplicação dos recursos;



II - Zelar pela execução da política dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos Adolescentes;

IV - Estabelecer critérios formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município, que possa afetar as suas deliberações;

V - Resgatar as entidades governamentais e não governamentais de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente que mantenham programa de:

- a) Orientação e apoio sócio-familiar;
- b) Apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) Colocação sócio-familiar;
- d) Abrigo;
- e) Liberdade assistida;
- f) Semi liberdade;
- g) Internação.

VI - Manter permanente entendimento com o Poder Judiciário, Ministério Público, Poder Executivo e Legislativo, propondo, inclusive, se necessário, alteração na legislação em vigor e nos critérios adotados para o atendimento à Criança e ao Adolescente;

VII - Incentivar e promover atualização permanente dos profissionais de entidades governamentais ou não, envolvidas no atendimento direto à Criança e ao Adolescente;

VII- Promover intercâmbio com entidades públicas ou particulares, organismos nacionais e internacionais, visando o aperfeiçoamento e consecução de seus objetivos;

IX - Elaborar o seu Regimento Interno;



X - Gerir o Fundo Municipal, colocando recursos para os  
mas das entidades governamentais e repassando verbas para as  
des não governamentais;

XI - Fixar critérios de utilização dos recursos específicos do  
ento municipal, das transferências Estaduais e Federais, das doações  
liadas e demais receitas;

XII - Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas  
vidências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do  
elho Tutelar deste Município;

XIII - Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder  
a aos membros, nos termos do respectivo regulamento e declarar vago  
to por perda do mandato, nas hipóteses previstas nesta Lei.

## SEÇÃO II

### Da Constituição do Conselho

Art 7º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do  
escente será constituído por 8 (oito) membros e seus respectivos  
ntes, sendo 4 (quatro) representantes da Sociedade Civil e 4 (quatro)  
xecutivo Municipal.

Art 8º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do  
escente de Santa Luzia do Itanhi terá a seguinte composição:

#### I - Do Poder Executivo Municipal

- a) Secretaria Municipal de Educação;
- b) Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Secretaria Municipal de Agricultura;
- d) Secretaria Municipal de Ação Social.

#### II - Da Sociedade Civil:

*DM*

- a) Associação Comunitária do Povoado Cajazeiras
- b) Associação Comunitária Feminina do Povoado Riacho do Marco;
- c) Associação Comunitária do Povoado Rua da Palha
- d) Associação Comunitária do Povoado Botequim

Art 9º - A função do membro do Conselho é considerada de serviço público relevante e não será remunerada.

Art 10 - No prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação desta Lei, os órgãos da sociedade civil elencados no art. 8º, inciso II comunicarão ao Executivo Municipal o nome do representante designado.

Art 11 - A nomeação e posse dos conselheiros far-se-á pelo Prefeito Municipal, obedecida a origem das indicações.

### SEÇÃO III

#### Da Estrutura Básica do Conselho Municipal

Art 12 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente elegerá, entre seus membros e com mandato de 2 (dois) anos, um Presidente, um Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, com atribuições estabelecidas no Regimento Interno.

Art 13 - O Conselho poderá requerer servidores públicos vinculados aos órgãos que o compõem, para a formação da Equipe Técnica e de Apoio Administrativo, necessária a consecução de seus objetivos.

Art 14 - O membro do Conselho poderá perder o cargo, em caso de cassação, na forma dos artigos 25 e 26 desta Lei.

### CAPÍTULO III

#### Do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente





## SEÇÃO I

### Da Criação e Natureza do Fundo

Art 15 - Os Recursos do Fundo Municipal destinados ao atendimento da Criança e do Adolescente serão assim constituídos:

- I - Dotações orçamentárias destinadas pelos Poderes Públicos;
- II - Pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham destinados;
- III - Os produtos das aplicações dos recursos disponíveis;
- IV - O produto da venda de mateirais, publicações e eventos;
- V - Recursos provenientes dos Conselhos Nacional e Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente;
- VI - Pelos valores provenientes de multas decorrentes de infrações em ações cíveis, penais ou administrativas previstas na Lei nº 90, de 13 de julho;
- VII - Por outros recursos que lhe forem destinados.

## SEÇÃO III

### Da competência do Fundo Municipal

Art 16 - Compete ao Fundo Municipal:

- I - Registrar os recursos orçamentários próprios do município e a transferência ou benefícios, das Crianças e dos Adolescentes, pelo Estado e União;
- II - Registrar os recursos captados pelo município através de contribuições, ou por doações do Fundo;
- III - Manter o controle escritural das aplicações financeiras;

AMY

IV - Liberar os recursos a serem aplicados em benefício das crianças e Adolescentes, nos termos das Resoluções do Conselho Municipal;

V - Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente segundo as deliberações do Conselho Municipal.

## **CAPÍTULO V**

Do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente

### **SEÇÃO I**

Da Criação e Natureza do Conselho

Art 17 - Fica criado o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Município de Santa Luzia do Itanhi, órgão permanente autônomo não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da Criança e do Adolescente a ser instalado cronológica, funcional e geograficamente nos termos das Resoluções a serem expedidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único - O Poder Público Municipal providenciará as condições materiais e os recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.

### **SEÇÃO II**

Dos Membros do Conselho Tutelar

Art 18 - O Conselho Tutelar será composto de 5 (cinco) membros com mandato de 3 (três) anos, permitida uma reeleição. Sendo sua composição composta, por analogia, como no art. 12 desta Lei.

Art 19 - Para cada Conselheiro haverá 1 (um) suplente.

*AIN*



### SEÇÃO III

#### Da Escolha dos Conselheiros

Art 20 - São requisitos para candidatar-se a exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

- I - Reconhecida idoneidade moral;
- II - Idade superior a 21 anos;
- III - Residir no Município há mais de 1 (um) ano;
- IV - Diploma de 1º e 2º graus ou equivalentes, devendo ser dada prioridade ao de nível superior, quando houver,

Art 21 - Os Conselheiros serão eleitos pelo voto facultativo e pelo voto dos cidadãos deste Município, em eleições regulamentadas pelo Conselho Municipal e coordenada por comissão especialmente designada para o mesmo Conselho.

Parágrafo Único - Caberá ao Conselho Municipal prever a posição de chapas, sua forma de registro, forma de prazo para inscrições, registro das candidaturas, processo eleitoral, proclamação dos resultados e posse dos Conselheiros.

Art 22 - O processo eleitoral da escolha dos Conselheiros Tutelares presidido pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado por membro do Ministério Público.

### SEÇÃO IV

#### Do Exercício da Função e da Remuneração dos Conselheiros

Art 23 - O exercício da função de Conselheiro constituirá serviço público, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão preventiva, em caso de crime comum, até julgamento definitivo.



Art 24 - Na qualidade de membros eleitos por mandato, os Conselheiros não serão funcionários dos quadros da Administração Municipal, mas terão remuneração fixada por Decreto Municipal.

## SEÇÃO V

### Da Perda do Mandato e dos Impedimentos dos Conselheiros

Art 25 - Perderá o mandato de forma automática, independente da aprovação da Assembléia, o Conselheiro que for condenado por sentença irrecorrível, pela prática de crime ou contravenção, aquele que transferir sua residência para fora do Município de Santa Luzia do Itanhi. E ainda o Conselheiro que descumprir os deveres da função, que neste caso será apurado através de processo administrativo disciplinar, com ampla defesa e voto favorável à cassação do mandato por maioria dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art 26 - O suplente será convocado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a assumir a função de Conselheiro Tutelar nos casos de vacância de cargo, férias ou licenças na sua área profissional e, durante o exercício efetivo da função terá direito à remuneração.

Art 27 - São impedidos de servir no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e genro ou nora, irmãos e cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padastro ou madastra e enteado.

Parágrafo Único - Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na justiça da Infância e da Juventude em exercício na Comarca, Foro Regional ou Distrito Local.

DUM

## **CAPÍTULO V**

### **Das Disposições Transitórias**

Art 28 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 15 (quinze) dias de nomeação de seus membros, elaborará seu Regimento Interno para aprovação por Decreto do Executivo Municipal.

Art 29 - Decreto Municipal regulamentará as normas para eleição dos membros do Conselho Tutelar.

Art 30 - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art 31 - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO DE SANTA LUZIA DO  
NOROESTE, 18 DE JUNHO DE 1997.**

  
**Paulo César Ribeiro Soutelo**  
**Prefeito Municipal**